

**AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE
MINAS GERAIS
ARISB-MG**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2026**

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE MINAS GERAIS – ARISB-MG, através de seu Diretor Geral, torna público para conhecimento dos interessados que por intermédio de sua Pregoeira, Isabella Gontijo Bastos, designada pela Resolução Administrativa nº. 160 de 14 de março de 2022 que, na forma da **Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Federal nº 14.133/21** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO** mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:
DIA: 29 de junho de 2026
HORÁRIO: 09h00 (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
CÓDIGO UASG: 929295
AMPLA CONCORRÊNCIA

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- A) O inteiro teor deste Edital poderá ser obtido gratuitamente no sítio eletrônico da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais – ARISB-MG, ou solicitado ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio na sede da Agência, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, exceto feriados.
- B) Se, por qualquer motivo, não houver expediente na ARISB-MG no dia agendado para abertura da sessão pública, esta ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário, independente de comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro ao contrário.
- C) Das decisões do Pregoeiro dar-se-á publicidade no sítio eletrônico da ARISB-MG, salvo em relação àquelas cujas publicações e ciência puderem ser feitas diretamente aos licitantes participantes da sessão pública, ou ainda através de publicação oficial, nos termos da lei, principalmente, quanto ao resultado de:

1. Julgamento da licitação e Recursos porventura interpostos.

D) Os licitantes deverão observar o disposto no item anterior, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da inobservância das publicações oficiais.

E) Os esclarecimentos e decisões quanto à impugnação e recursos serão divulgados no sítio eletrônico da ARISB-MG, quando houver impossibilidade de fazê-lo no Compras.gov.

F) A participação na licitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o Edital, importa em total e irrestrito conhecimento e aceitação das condições estatuídas, ou seja, de que os elementos são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posterior reclamação.

G) O Termo de Referência é parte integrante deste Edital, como se transcrito estivesse.

H) Para os fins do art. 24 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o preço estimado para contratação não será divulgado visando aumentar a disputa e potencializar a busca por uma proposta mais vantajosa para a Contratante. O relatório com a cotação de preços permanecerá nos autos do processo de licitação e o caráter sigiloso não atinge os órgãos de controle e será disponibilizado a quem se interessar após a conclusão do processo licitatório.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2026
UASG: 929295

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/06 e demais normas pertinentes.

Envio eletrônico das propostas: a partir da publicação do edital no endereço eletrônico abaixo descrito até o dia e horário marcado para início da sessão.

Data da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico: 29/06/2026.

HORÁRIO DE INÍCIO: 09h00 (horário de Brasília).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

1. DO OBJETO

1.1. Contratação da prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de software para acesso e uso de plataforma online e aplicativo online e offline, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para otimizar a realização das fiscalizações técnicas operacionais, emissão de Relatórios de Fiscalização e Autos, controle e monitoramento de Não Conformidades.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site www.gov.br/compras e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.d.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.h.1. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na

qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

i) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.i.1. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

f) No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

g) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa/empresa de pequeno porte.

h) A falsidade da declaração de que trata o item 3.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

i) Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão pública.

j) Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

k) Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.4. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.5. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.4 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor ofertado unitário e total do item;

b) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

a) Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

b) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

c) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto e Fechado.

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

b) Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

c) No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

d) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

a) Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

b) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

c) A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

d) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes

microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

e) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.a.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.a.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.a.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

b) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

c) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.c.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.c.2. empresas brasileiras;

5.17.c.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

e) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela

Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

a) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3. deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

a) A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.a.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.a.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação:

7.1.1. Pessoa Física: Carteira de Identidade Nacional (CIN), ou cédula de identidade (RG), ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.1.1. Quando se tratar de pessoa jurídica, deve ser apresentada a documentação da(s) pessoa(s) física(s) responsável(is) pela assinatura da proposta.

7.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

7.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata

o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

7.1.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.1.1.9.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.1.10. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.1.1.11. A inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.1.12. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.1.13. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.1.14. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.1.1.15. Declaração conjunta de cumprimento de requisitos (Anexo IV);

7.1.1.16. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

7.1.1.17. Comprovação de aptidão para fornecimento de produtos similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, para fins de qualificação técnico-operacional.

a) A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia (simples, autenticada ou autenticação digital ou outra, na forma da lei).

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

a) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

b) É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

a) Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas

prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

a) Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.a.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de

lavatura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavatura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.b.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.b.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.b.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.b.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.b.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.c.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) Fraudar a licitação;

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.f.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.f.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.f.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nos itens 9.1. a, b e c, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens 9.1.d, e, f, g e h, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1. a, b e c, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de

licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os municípios consorciados, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.d, e, f, g e h, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1. a, b e c que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.c, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta (quando exigida) em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: compras@arisb.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/autoridade competente, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. A execução dos serviços se dará de acordo com as diretrizes constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

11.2. A realização dos serviços deve ser planejada de acordo com disponibilidade de ambas as partes.

11.3. A licitante vencedora deverá executar os serviços utilizando-se dos mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética.

11.4. Os serviços deverão ser de primeira qualidade, em atendimento ao especificado neste Edital e no Termo de Referência e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação, responderá a licitante

vencedora, nos termos da Cláusula 9 deste Edital, por danos decorrentes de sua má execução e/ou de sua utilização.

11.5. Caso se verifique execução dos serviços em desconformidade com as exigências deste Edital e de seus Anexos, a licitante vencedora deverá refazê-los, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.6. Em caso de irregularidade não sanada pela licitante vencedora, a ARISB-MG reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arisb.com.br/portal/editais/1>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Termo de Referência
- b) ANEXO II – Proposta Comercial
- c) ANEXO III – Minuta do Contrato
- d) ANEXO IV - Declaração conjunta de cumprimento de requisitos
- e) ANEXO V - Declaração de Conhecimento e Informações

Belo Horizonte, 12 de junho de 2026.

MARXILEY LIMA AZEVEDO
Diretor Geral
ARISB-MG

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATANTE

1.1. Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais – ARISB-MG – Diretoria Técnico-Operacional.

2. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de software para acesso e uso de plataforma online e aplicativo online e offline, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para otimizar a realização das fiscalizações técnicas operacionais, emissão de Relatórios de Fiscalização e Autos, controle e monitoramento de Não Conformidades, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

Lote	Item	Código do Item (CATSER)	Descrição do Objeto	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	1	26077	Software como Serviço – Saas: Licenciamento anual de uso de software de fiscalização para os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, em 42 municípios e/ou consórcios regulados pela ARISB-MG.	Meses	12

2.1.1. Em caso de divergências entre as especificações constantes no CATSER e as deste Termo de Referência, prevalecem as deste Termo.

2.2. Da caracterização do objeto

2.2.1. O objeto desta contratação tem a natureza de serviço comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e caracteriza-se como serviço continuado.

2.3. Da contratação

2.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável por até 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.4. Especificações do objeto

O objeto deverá ter as seguintes especificações:

2.4.1. O software deve proporcionar uma solução abrangente e integrada para a gestão de fiscalizações técnicas operacionais, assegurando eficiência, precisão e conformidade em todas as etapas do processo.

2.4.2. O software deve estar disponível de forma *online*, via website compatível com os principais navegadores do mercado, para acesso em computadores e notebooks, e sem restrição no número de usuários, contemplando os empregados públicos da ARISB-MG e seus prestadores regulados.

2.4.3. O software deve possuir módulo aplicativo que permita o uso *offline* em celulares e tablets com sistema operacional Android.

2.4.4. Todas as informações devem ser armazenadas de forma centralizada e integrada na nuvem, garantindo acessibilidade e segurança dos dados.

2.4.5. O software deve automatizar a aplicação de formulários (checklists) de fiscalização em todas as divisões territoriais e subsistemas dos serviços regulados.

2.4.6. Os dados e informações inseridos devem ser geridos eficientemente pelo software, permitindo a geração de relatórios gerenciais e oficiais de forma automatizada e imediata após a customização necessária.

2.4.7. Permitir o cadastro detalhado dos prestadores regulados e dos municípios de atuação, bem como dos serviços regulados e suas respectivas divisões territoriais e subsistemas.

2.4.8. Possibilitar cadastrar, editar e preencher formulários de fiscalização para todas as divisões territoriais e subsistemas regulados, com a capacidade de configurar os tipos de respostas conforme necessário.

2.4.9. Possibilitar cadastrar as instalações a serem fiscalizadas nos prestadores regulados, de forma prévia e no momento da visita em campo.

2.4.10. Possibilitar a coleta da localização georreferenciada das instalações fiscalizadas.

2.4.11. Possibilitar a visualização em mapa georreferenciado dos locais visitados e fiscalizados.

2.4.12. Suportar o planejamento e execução das fiscalizações técnicas operacionais, tanto *online* quanto *offline*, garantindo flexibilidade e continuidade das operações.

2.4.13. Possibilitar a geração de Relatórios de Fiscalização e Autos de Notificação de forma totalmente automatizada e imediata, após a personalização no software, agilizando o processo de documentação e conformidade.

2.4.14. O sistema deve permitir a geração dos documentos em formato WORD e compatíveis, permitindo a revisão e correções necessárias pelos analistas de fiscalização.

2.4.15. O sistema deve permitir o acompanhamento das Não Conformidades geradas pela ARISB-MG, por meio de lista e dashboard.

2.4.16. O sistema deve permitir a alteração nos prazos das Não Conformidades, de forma imediata pela ARISB-MG, em virtude de Defesas Administrativas e/ou Compromisso de Ajustamento de Conduta.

2.4.17. O sistema deve permitir que os prestadores possam cadastrar suas estruturas que serão alvo de fiscalização por parte da Agência Reguladora.

2.4.18. O sistema deve permitir a visualização clara e organizada das fiscalizações já conduzidas pela Agência Reguladora, assim como o acompanhamento detalhado das verificações realizadas.

2.4.19. O sistema deve permitir que os prestadores possam registrar, diretamente na plataforma, as ações planejadas e as que foram tomadas para sanar as não conformidades identificadas durante as fiscalizações.

2.4.20. O sistema deve permitir que os prestadores incluam as evidências que comprovem a resolução de não conformidades, agilizando a validação por parte da Agência Reguladora.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** A contratação está prevista no item 73 do Plano de Contratações Anual.
- 3.2.** Para desenvolvimento das atividades de fiscalização a Gerência de Fiscalização necessita da sistematização da coleta de dados em campo, com a possibilidade de personalização e alteração de formulários e anexação de arquivos comprobatórios, como documentos e imagens.
- 3.3.** Para maior eficiência e celeridade nos processos, os dados coletados devem estar integrados a um software que permita tratamento, análise, cruzamento e visualização de dados vinculados à prestação dos serviços.
- 3.4.** A utilização de software específico de fiscalização irá dinamizar as inspeções em campo, agilizar a elaboração de relatórios e reduzir o tempo gasto pelos analistas com atividades repetitivas e de baixa complexidade.
- 3.5.** A utilização de software específico de fiscalização permitirá o monitoramento em tempo real, fiscalização *offline*, arquivamento e segurança dos dados e apresenta a possibilidade de gestão das ações relacionadas às eventuais não conformidades identificadas nas fiscalizações.
- 3.6.** Portanto, o objetivo da contratação é que o software gere:
- 3.6.1.** Aumento da eficiência operacional das atividades de fiscalização, reduzindo retrabalho e otimizando o uso dos recursos humanos disponíveis.
- 3.6.2.** Padronização e otimização dos procedimentos fiscalizatórios, assegurando uniformidade na execução das fiscalizações, no registro das não conformidades, na emissão de recomendações e determinações, bem como na elaboração de relatórios técnicos.
- 3.6.3.** Maior confiabilidade, integridade e rastreabilidade das informações, com registros estruturados e centralizados, permitindo o acompanhamento histórico das ações fiscalizatórias e das providências adotadas pelos prestadores de serviços.
- 3.6.4.** Aprimoramento do monitoramento e do controle das não conformidades identificadas, com melhor gestão de prazos, acompanhamento das respostas dos prestadores de serviços e verificação do cumprimento das medidas corretivas.
- 3.6.5.** Fortalecimento da capacidade decisória e do planejamento institucional, por meio da geração de relatórios gerenciais e indicadores que subsidiem a tomada de decisão, a priorização de ações fiscalizatórias e a prestação de contas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de software especializado para atividades de fiscalização, abrangendo, de forma integrada, o planejamento, a execução, o registro, o acompanhamento e a análise das ações fiscalizatórias realizadas pela ARISB-MG.

O software deverá permitir a gestão centralizada das informações de fiscalização, possibilitando o cadastro de prestadores de serviços regulados, unidades fiscalizadas, processos, instrumentos de fiscalização, não conformidades, recomendações, determinações e demais registros técnicos decorrentes das atividades desenvolvidas. A solução deverá assegurar a rastreabilidade das informações, desde o planejamento da fiscalização até o encerramento das demandas e o acompanhamento das providências adotadas pelos prestadores de serviços.

A ferramenta deverá oferecer funcionalidades que apoiem a execução das fiscalizações em campo, incluindo o registro estruturado de dados, evidências, medições, fotografias, documentos e observações técnicas, com posterior sincronização e consolidação das informações em ambiente centralizado. Deverá, ainda, possibilitar a padronização de procedimentos e relatórios, contribuindo para maior uniformidade, eficiência e segurança técnica das ações fiscalizatórias.

A solução também deverá contemplar mecanismos de monitoramento e controle, permitindo o acompanhamento do cumprimento de prazos, recomendações e determinações emitidas, bem como a geração de relatórios gerenciais e técnicos que subsidiem a tomada de decisão, o planejamento institucional e a prestação de contas.

De forma geral, a contratação do software visa aumentar a eficiência, a confiabilidade e a produtividade das atividades de fiscalização, reduzindo a dependência de controles manuais e ferramentas dispersas, mitigando riscos de perda de informação e fortalecendo a capacidade institucional de regulação e fiscalização dos serviços sob sua competência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Técnicos

5.1.1. É necessário que seja oferecido, durante o período contratado, suporte técnico especializado em língua portuguesa, mediante atendimento remoto (e-mail, telefone,

chat e/ou sistema de chamados), resolução de problemas operacionais e dúvidas relacionadas ao uso do software e eventuais atualizações.

5.1.2. Deverá ser garantido, durante o período contratado, acesso contínuo às atualizações de versão do software, conforme licença contratada, bem como a patches e correções emergenciais de falhas que comprometam a sua utilização.

5.1.3. O armazenamento dos dados deverá ser realizado em servidor seguro da empresa fornecedora, com garantia de disponibilidade, backup automático e proteção contra perda de dados.

5.1.4. O software deverá estar disponível para utilização imediata, a partir da assinatura do contrato.

5.1.5. O software deve possuir aplicativo para uso em campo, independentemente de conexão com a internet, compatível com sistema operacional Android, e versão web, compatível com os principais navegadores disponíveis no mercado.

5.1.6. O software deve ser disponibilizado *online* e com opção de módulo/aplicativo para uso *offline*, com armazenamento em nuvem, ser centralizado e integrado, capaz de automatizar a aplicação dos procedimentos de fiscalização. As informações inseridas devem gerar relatórios técnicos de fiscalização e possibilitar a geração de termos de não conformidade de forma automatizada e imediata, além de gerar dados para o gerenciamento do processo.

5.1.7. Para resguardar o interesse público e evitar transtornos e prejuízos causados por uma aquisição inadequada, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a realização de prova de conceito da solução para avaliar a conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas e requisitos de qualidade, desempenho e funcionalidade, objetivando garantir o atendimento às necessidades da ARISB-MG.

5.1.7.1. Após a convocação da empresa participante por parte da ARISB-MG, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas úteis e mediante prévio agendamento, aquela deverá iniciar a Prova de Conceito, devendo obedecer ao prazo máximo de 3 (três) horas para demonstração integral do escopo requisitado, sendo que em caso de descumprimento desse prazo será automaticamente desclassificada do certame, devendo proceder à convocação do participante classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta adequada.

5.1.7.2. Será vedada à empresa participante a realização de intervenções durante a realização da Prova de Conceito, tais como: correções de erros e desenvolvimento de novas funcionalidades.

5.1.7.3. Para fins de apuração da Prova de Conceito, a solução poderá ser apresentada em reunião virtual, com compartilhamento de tela.

5.1.7.4. A avaliação será realizada por equipe técnica composta por integrantes com conhecimento do processo de fiscalização técnica operacional, nomeados por Resolução Administrativa da ARISB-MG.

5.1.7.5. A prova de conceito poderá ser gravada pela ARISB-MG.

5.1.7.6. A apresentação da prova de conceito será realizada com a participação da Equipe Técnica de Avaliação.

5.1.7.7. A prova de conceito deverá ser apresentada por técnico da empresa sob coordenação da Equipe Técnica de Avaliação da Agência Reguladora. A equipe solicitará que sejam mostradas as funcionalidades do software. Durante a apresentação, havendo dúvidas poderá a Equipe solicitar a repetição da funcionalidade quantas vezes forem necessárias para compreensão.

5.1.7.8. A equipe técnica de avaliação terá até 2 (dois) dias úteis para emissão do relatório ao final da Prova de Conceito.

5.1.7.9. Considera-se eliminada, na prova de conceito, a empresa participante que deixar de satisfazer a mais do que 10% (dez por cento) dos requisitos constantes na Prova Conceito. Assim, a empresa licitante não será adjudicada, sendo convocada a licitante com menor preço subsequente para avaliação de sua solução ofertada e assim sucessivamente, até que uma licitante e sua solução ofertada atenda plenamente ao requerido no Termo de Referência.

5.1.7.10. Caso a empresa participante não apresente a funcionalidade ou ainda apresente, mas esta não funcione de acordo com o esperado ou ainda apresente erros, superados os 10% (dez por cento) dos requisitos, poderá a Equipe Técnica de Avaliação interromper a sessão e declarar a empresa participante como desclassificada baseado em relatório técnico da Prova Conceito.

5.1.7.11. Depois de vencido o prazo de apresentação da prova de conceito, não será permitido fazer ajustes ou modificações na ferramenta apresentada para fins de adequá-la às especificações constantes no Termo de Referência.

5.1.7.12. Será considerada apta a empresa participante que atender ao menos 90% (noventa por cento) dos itens estabelecidos no Anexo I do Termo de Referência. O não atendimento ensejará a desclassificação imediata da proponente.

5.1.7.13. A fim de evitar subjetividade na avaliação, a metodologia utilizada para avaliar a prova de conceito será de afirmação / negação (sim / não) ao preenchimento das especificações constantes no Anexo I do Termo de Referência. Ou seja, será observado se o item avaliado Atende ou Não atende a tarefa / rotina determinada ou se o sistema possui a funcionalidade descrita no item apreciado.

5.1.7.14. Os requisitos definidos para serem atendidos quando da realização da prova de conceito são apresentados no Anexo I deste Termo de Referência.

5.1.7.15. Fica reconhecido o direito das licitantes concorrentes de acompanharem os procedimentos relativos à apresentação da prova de conceito, limitados a dois representantes de cada empresa, os quais não poderão interrompê-la de nenhum modo, sendo-lhes permitido fazer constar pronunciamento em ata.

5.1.7.16. A análise técnica do software visa assegurar a qualidade mínima pretendida quanto à adequação às especificações exaradas no Termo de Referência.

5.2. Da Subcontratação

5.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

5.3. Da Garantia da Contratação

5.3.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

5.4. Da Garantia do Serviço

5.4.1. Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Do Prazo e das Condições da Prestação do Serviço

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias corridos a contar da data da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente.

6.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) Após a liberação da licença, o Contratado deverá realizar treinamento e capacitação para os usuários do software, garantindo que eles estejam familiarizados com todas as funcionalidades e recursos, auxiliando na maximização do uso eficaz do software e exploração de todo o seu potencial.

b) O treinamento poderá ser remoto ou presencial, a critério da ARISB-MG, e deverá ser realizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após liberação dos acessos.

c) No caso de treinamento presencial, o Contratado arcará com todas as despesas, diretas ou indiretas, transportes, alimentação e estadia de pessoal, taxas, encargos, impostos e tributos, sem qualquer ônus para a ARISB-MG.

d) A partir da liberação da licença e o respectivo acesso da ARISB-MG, o objeto deverá estar disponível de forma integral, atendendo todas as funcionalidades listadas no item 2.4 e/ou verificadas na Prova de Conceito.

6.2. Do Local e Horário da Prestação do Serviço:

6.2.1. Os serviços serão prestados de forma remota.

6.3. Dos Materiais a Serem Disponibilizados

6.3.1. Não será necessário disponibilizar materiais de consumo e de uso duradouro.

6.4. Do Regime de Execução

6.4.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

6.5. Do Procedimento de Transição e Finalização do Contrato

6.5.1. Ao fim do contrato, a Contratada deverá enviar à ARISB-MG o backup contendo todas as informações inseridas no software.

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Regras Gerais

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.1.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.

7.1.3. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.1.5. Para fins do disposto no item 7.1.4, a Contratante designa, como gestor/fiscal do contrato, Júlio César Gomes da Silva Rufino, Coordenador de Fiscalização de Resíduos Sólidos, Matrícula 28 e, em sua ausência, Douglas Spindola de Almeida, Coordenador de Fiscalização de Águas, Matrícula 24.

7.1.6. Eventual alteração do gestor ou do fiscal do contrato será formalizada mediante apostila.

7.1.7. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade da Contratada e, se for o caso, aplicar as devidas sanções.

7.2. Da Gestão e Fiscalização do Contrato

Caberá ao fiscal e ao gestor do contrato, conforme procedimentos definidos em normativo interno da Contratante:

7.2.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Informar à Administração, em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.4. Comunicar imediatamente a seus superiores quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nos prazos e condições estabelecidos.

7.2.5. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento.

7.2.6. Realizar os recebimentos provisório e definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

7.2.7. Elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.8. Tomar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.3. Do Preposto

7.3.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.3.1.1. Não será exigida presença física do representante designado no local da prestação.

7.3.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.3.3. O preposto manterá alinhamento contínuo com a equipe técnica designada pela ARISB-MG para acompanhamento contratual para acompanhamento da execução contratual.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Do Recebimento

8.1.1. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, no prazo de 7 (sete) dias corridos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.1.1.1. A medição dos serviços será realizada a cada ciclo mensal de execução.

8.1.1.2. O prazo para recebimento definitivo será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.1.4. Salvo disposição em contrário no contrato ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

8.1.2. Para efeito de recebimento definitivo, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá verificar a efetiva execução das atividades, em conformidade com as especificações contratuais.

8.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento.

8.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento provisório ou definitivo.

8.1.8. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Da Liquidação

8.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do serviço.

8.2.2. Para fins de liquidação, a Nota Fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser enviada ao setor de Compras da ARISB-MG pelo e-mail compras@arisb.com.br, devendo conter os elementos necessários e essenciais, tais como:

- I.Data de emissão;
- II.Data de vencimento;
- III.Dados do contrato e da Contratante;
- IV.Período de execução do contrato;
- V.Quantidade faturada;
- VI.Valor a pagar;
- VII.Retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta terá seu prazo suspenso até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

8.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.3. Do Pagamento:

8.3.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Contratante.

8.3.1.1. A ARISB-MG deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou índice que venha a substituí-lo.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

8.3.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

8.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.3.6.1. Não produziu os resultados acordados;

8.3.6.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.3.6.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal.

9.1.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

9.1.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

9.2. Dos Critérios de Aceitabilidade da Proposta:

9.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

9.2.2. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.2.3. O valor total da proposta englobará todos os custos como: mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, benefícios estabelecidos em convenção, em dissídio ou em acordo coletivo, equipamentos de proteção, ferramentas e equipamentos, tributos incidentes e demais despesas diretas e indiretas necessárias à prestação de serviços objeto da licitação.

9.2.4. O preço proposto é de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não assistindo o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma exceção, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.1. Habilitação Jurídica:

10.1.1. Pessoa física: Carteira de Identidade Nacional (CIN), ou cédula de identidade (RG), ou ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.1.1.1. Quando se tratar de pessoa jurídica, deve ser apresentada a documentação da(s) pessoa(s) física(s) responsável(is) pela assinatura da proposta.

10.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

II. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

10.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.3. Habilitação Econômico-Financeira:

10.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

10.4. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional

10.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4.1.1. Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de diferentes atestados, podendo ser de períodos concomitantes, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

10.4.1.2. Os atestados deverão conter:

a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato);

- b) Local e data de emissão;
- c) Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- d) Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.

10.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.4.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.4.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.4.1.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Declarações

10.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

10.5.2. Declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.5.3. Declaração de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório e ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.4. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10.5.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.5.6. A Contratada poderá apresentar documento único contemplando todas as declarações indicadas acima.

10.6. A Contratante poderá consultar o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para confirmação dos requisitos de habilitação e verificação da idoneidade do proponente.

11. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

11.1. Da Contratante

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação de serviço, objeto deste Termo de Referência.

11.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

11.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando

houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição da parcela do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

11.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

11.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.10.1. A partir da data do protocolo do requerimento, a Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, conforme art. 92, inciso XI da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no prazo máximo 30 (trinta) dias corridos, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

11.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

11.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. Do Contratado

11.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

11.2.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.

11.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros e não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

11.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento, juntamente com a indicação dos dados bancários ou boleto para pagamento.

11.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

11.2.11. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para entrega do objeto.

11.2.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

11.2.12.1.A documentação que comprova a manutenção das condições de habilitação fiscal, social e trabalhista deve ser apresentada juntamente com as faturas.

11.2.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, inclusive aquelas previstas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pela contratação, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

11.2.14. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.2.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto, bem como ao local de realização dos trabalhos, quando necessário.

11.2.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.2.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.2.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2.18.1.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pela Contratante, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.2.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

11.2.22. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.2.23. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

11.2.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.2.25. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.2.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.2.27. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

11.2.28. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

11.2.29. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público após o julgamento das propostas.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação objeto deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 17.512.0403.2003.3.3.90.40.00 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA TECNICO OPERACIONAL - Serv Tecnologia da Informação e Com – Ficha: 45.

14. RESPONSÁVEIS

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO
<i>(assinado digitalmente)</i> Douglas Spindola de Almeida Coordenador de Fiscalização de Águas Mat.ARISB-MG/024	<i>(assinado digitalmente)</i> Cynthia Fantoni Alves Ferreira Gerente de Fiscalização Mat.ARISB-MG/065

ANEXO I

Definições utilizadas para a prova de conceito. A solução apresentada na prova de conceito deve atender aos conceitos estabelecidos neste tópico e não necessariamente ao nome do conceito descrito abaixo.

Ativo ou Estrutura ou Instalação: corresponde às estruturas e processos que o(s) prestador(es) regulado(s) pela agência possuem / utilizam para a devida prestação do(s) serviço(s) à população.

Formulário ou Questionário: representa o questionário, previamente elaborado, contendo os itens que serão avaliados em determinada instalação (estrutura ou processo) do prestador regulado. Os formulários podem ser compostos por blocos separados de perguntas ou por um único bloco contendo todo o conteúdo (todas os itens a serem fiscalizados).

Serviço: No contexto das políticas públicas brasileiras, "serviço" é entendido como um conjunto de atividades e estruturas destinadas a atender às necessidades essenciais da população, sendo regulado por agências específicas para garantir sua qualidade, eficiência e universalização. Exemplos de serviços: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, transporte rodoviário, transporte aquaviário e portos, transporte aéreo e infraestrutura aeroportuária, energia elétrica, saúde suplementar etc.

Subserviço ou Subsistema: Conjunto ou grupo de etapas, equipamentos ou processos de determinado serviço. Exemplos de subsistemas vinculados ao serviço de abastecimento de água: captação de água, elevação de água, tratamento de água, reservação de água etc.

Unidade territorial ou Divisão territorial: É uma determinada divisão geográfica do município onde o serviço é prestador. Exemplos de divisões territoriais em um determinado município: bairro 1, bairro 2 ou distrito X, distrito Y.

Fiscalização: conjunto de verificações (aplicações) e ações adotadas para verificar, em determinado período, se os serviços públicos regulados estão sendo prestados conforme exigido pelas leis, normas técnicas, contratos e padrões de qualidade estabelecidos. As fiscalizações são realizadas tanto nos ativos (estruturas) do(s)

prestador(es) regulado(s) pela agência, como em seus processos de prestação de serviço.

Verificação ou Subfiscalização ou Aplicação: É a unidade funcional de fiscalização, correspondente a uma verificação específica que deve ser realizada sobre um ativo, processo ou obrigação do prestador regulado, com base em critérios legais, normativos ou contratuais, utilizando questionário previamente definido para fiscalizá-lo, ou seja, representa o vínculo entre os itens a serem verificados (questionário) e o local (ativo / estrutura) ou processo do prestador a ser verificado / fiscalizado.

Relatório de Fiscalização: É um documento formal, estruturado e oficial emitido por uma agência reguladora, que consolida os resultados, achados, análises e evidências obtidos durante a execução de uma atividade fiscalizatória sobre o(s) serviço(s), ativos ou processos de um prestador regulado. Tem como objetivo registrar de forma objetiva e fundamentada o cumprimento (ou não) das obrigações legais, contratuais e normativas, servindo de base para a tomada de decisões regulatórias, corretivas ou sancionatórias.

Não conformidade ou Inconformidade: Algo (situação, condição ou procedimento) que não está de acordo com uma regra, legislação, contrato, norma, requisito ou procedimento estabelecido, ou seja, algo que não atende ao que foi combinado, exigido ou regulamentado. Exemplos de não conformidade: Água distribuída à população com qualidade fora dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Auto de Notificação: É um documento formal, estruturado e oficial emitido por uma agência reguladora no qual se formaliza a constatação de descumprimento (não conformidades ou inconformidades) de obrigações legais, normativas, técnicas ou contratuais por parte de um prestador de serviço público regulado, identificado durante uma fiscalização. O Auto de Notificação é um instrumento formal de controle regulatório, que documenta a existência de falhas ou irregularidades na prestação de um serviço público, oferecendo transparência, devido processo legal e oportunidade de correção antes da aplicação de medidas mais graves.

Relatório de Acompanhamento das Não Conformidades: É um documento técnico e formal, emitido pela agência reguladora com o objetivo de avaliar, registrar e concluir a análise sobre as ações corretivas adotadas (ou não) pelo prestador regulado diante das não conformidades previamente identificadas em um processo fiscalizatório.

1. Critérios a serem avaliados na prova de conceito:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE PARA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E GESTÃO DAS NÃO CONFORMIDADES	Atende (SIM)	Não atende (NÃO)
1	<i>Software online</i> compatível com os navegadores mais populares do mercado e para uso em computadores, <i>tablets</i> e celulares.		
2	Possibilitar <i>login</i> individualizado e protegido por senha.		
3	Possibilitar a recuperação de acesso ao sistema de forma segura (ex.: alteração de senha).		
4	Deve possuir certificado de avaliação de segurança cibernética que garanta proteção das informações armazenadas contra invasões ou danos às informações, com resultado superior a 85% de atendimento aos requisitos avaliados.		
5	O <i>software</i> deve possuir armazenamento de dados e informações em nuvem, com <i>backups</i> automáticos e periódicos.		
6	O <i>software</i> deve possuir diferentes perfis de acesso a serem utilizados pela Agência Reguladora e pelos prestadores regulados pela Agência.		
7	O perfil de acesso “Administrador” da Agência Reguladora, deve poder cadastrar, editar, excluir e recuperar usuários.		
8	O perfil de acesso “Prestador”, deve possibilitar o cadastro das estruturas (ativos) do prestador e a visualização das respostas das fiscalizações realizadas, além disso deve possibilitar o cadastro de ações para sanar as não conformidades identificadas pela Agência Reguladora, a visualização da lista de não conformidades sob a responsabilidade do prestador, das informações de cada não conformidade, tais como: descrição, referência, prazo, gravidade, datas de início e término, e a inclusão de evidências / comprovações em cada não conformidade.		
9	O <i>software online</i> deve possuir registro do histórico de alterações realizadas, conhecido como registro de <i>log</i> do sistema, contendo, pelo menos os campos de usuário, formulário alterado, data de alteração e o que foi alterado.		
10	Possibilidade de cadastramento, edição, exclusão e recuperação dos dados dos serviços regulados, como por exemplo o nome do município, prestadores, divisões territoriais, subsistemas e estruturas (ativos) que serão fiscalizados, para posterior vinculação / geração de relatórios.		
11	Visualização e navegação entre as fiscalizações agendadas ao longo do tempo através de calendário mensal com identificação visual, evidenciando as planejadas,		

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE PARA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E GESTÃO DAS NÃO CONFORMIDADES	Atende (SIM)	Não atende (NÃO)
	concluídas e atrasadas, possibilitando a alteração das datas das fiscalizações, assim como do período da fiscalização diretamente nesta tela.		
12	Ferramenta (<i>software</i>) com disponibilidade <i>online</i> para cadastro, configuração e realização das fiscalizações técnicas operacionais.		
13	Possibilidade de duplicação de fiscalizações cadastradas anteriormente, para criação de novas fiscalizações. Ao realizar essa duplicação de fiscalização, o sistema precisa duplicar as informações de serviço a ser fiscalizado, tipo de fiscalização, prestador a ser fiscalizado, município que ocorrerá a fiscalização, assim como todas as aplicações e formulários que estavam cadastradas previamente na fiscalização que foi duplicada.		
14	Possibilidade de cadastramento, edição, exclusão e recuperação dos formulários (questionários / <i>checklists</i>) das fiscalizações realizadas.		
15	Possibilidade de reutilização de formulários previamente cadastrados em outras aplicações e fiscalizações dentro do mesmo serviço, ou seja, sem necessidade de recadastramento de formulários para novas utilizações.		
16	Possibilidade de duplicação dos formulários cadastrados anteriormente, para criação de novos formulários para fiscalização. Ao realizar essa duplicação de formulários, o sistema precisa duplicar as informações de serviço a ser fiscalizado e descrição do formulário, assim como todos os blocos de conteúdos e perguntas que estavam cadastrados previamente no formulário de fiscalização que foi duplicado.		
17	Identificação visual tanto dos formulários respondidos, como os não respondidos.		
18	A ferramenta deve informar a evolução do preenchimento dos dados nos formulários e alertar sobre a conclusão do preenchimento.		
19	Possibilidade de configurar os tipos de perguntas, devendo ter, no mínimo, as seguintes opções: localização de determinado local ou equipamento, informação de data, horário, resposta em números, resposta curta (até 255 caracteres), resposta longa (mais de 255 caracteres), pergunta de múltipla escolha com opção de resposta fixa (opções de respostas pré-cadastradas), pergunta de múltipla escolha com opção de resposta editável no momento de inclusão da pergunta, carregamento de arquivo e carregamento de imagens.		
20	Possibilidade de reordenar as perguntas, de recolher ou expandir as perguntas, para facilitar a visualização global, assim como de duplicá-las ou excluí-las.		

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE PARA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E GESTÃO DAS NÃO CONFORMIDADES	Atende (SIM)	Não atende (NÃO)
21	Possibilidade de selecionar se a resposta deve ser obrigatória ou opcional, assim como solicitar a inclusão de imagens diretamente vinculadas à pergunta, e anotações para cada pergunta cadastrada no formulário.		
22	Possibilidade de seleção das fiscalizações e aplicações realizadas, transformando de forma automatizada, os registros realizados nestas fiscalizações e suas aplicações selecionadas em Relatórios de Fiscalização, possibilitando também a personalização de conteúdos de textos a serem utilizados neste tipo de relatório.		
23	<p>Para personalização do Relatório de Fiscalização gerado pelo <i>software</i>, devem ser disponibilizados campos de conteúdo de texto, que possam ser editados para registrar, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação da Agência Reguladora e respectivo endereço; - Identificação do prestador de serviços e respectivo endereço; - Definição do objetivo da fiscalização programada ou não programada; - Período de realização da fiscalização; - Descrição dos fatos apurados; - Relação das não-conformidades, com indicação das normas incidentes; - Relação das determinações e recomendações; - Identificação do responsável pela fiscalização, com seu cargo e função; - Identificação de representante técnico do prestador, responsável pelo acompanhamento da fiscalização; - Local e data do relatório. 		
24	O <i>software</i> deve possibilitar a edição de conteúdos estáticos nos relatórios de fiscalização previamente à geração dos relatórios, tais como, mas não se limitando a: nome/título do relatório, cabeçalho, rodapé, equipe que realizou a fiscalização, assim como, devem possuir opções para inclusão de logotipo da agência ao relatório, inclusão da descrição, localização e imagens dos ativos listados no relatório, inclusão dos modelos dos formulários utilizados na fiscalização.		
25	Possibilidade de cadastrar e editar previamente à realização da fiscalização, de opções de respostas, que estejam vinculadas à conformidade e à não conformidade, para futura geração automatizada das não conformidades.		
26	Possibilidade de cadastrar e editar previamente à realização da fiscalização, e em cada pergunta de múltipla escolha que possa gerar uma não conformidade, as		

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE PARA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E GESTÃO DAS NÃO CONFORMIDADES	Atende (SIM)	Não atende (NÃO)
	informações relacionadas à não conformidade, tais como: descrição, referência legal ou normativa, gravidade, prazo e recomendação.		
27	Possibilidade de geração automatizada das não conformidades, após a realização da fiscalização. Assim como, a edição, a exclusão e a recuperação das não conformidades geradas e o cadastramento individual de novas não conformidades.		
28	Possibilidade de visualização das não conformidades formalizadas, em painel georreferenciado, contendo mapa interativo com, no mínimo, filtros para seleção de município, serviço e status da não conformidade.		
29	Possibilidade de visualização da fiscalização, aplicação (verificação) e item que gerou a não conformidade, assim como o comentário do avaliador, a evidência da não conformidade (quando aplicável), a descrição da não conformidade, a referência, recomendação, gravidade e prazo para resolver a não conformidade formalizada. Assim como os campos de acompanhamento dos prazos e status de cada não conformidade e o campo de comprovação com imagens e anotações para evidenciar que a não conformidade foi resolvida pelo prestador.		
30	Possibilitar a seleção de fiscalizações, transformando, de forma automatizada, as não conformidades identificadas nas fiscalizações selecionadas, em Auto de Notificação.		
31	Para personalização do Auto de Notificação gerado pelo <i>software</i> , devem ser disponibilizados campos de conteúdo de texto, que possam ser editados para registrar, no mínimo, as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> - Identificação do ente regulador e do prestador dos serviços de saneamento básico; - Informação da data e local da fiscalização onde as não conformidades foram apuradas; - Descrição das não conformidades apuradas, com as especificações pertinentes ao ocorrido; - Determinações com prazos para atendimento; - Identificação do representante do ente regulador responsável pela emissão do Auto; - Data e local da emissão do Auto. 		
32	Geração dos Relatórios de Fiscalização, Auto de Notificação e Relatórios de Acompanhamento das Não Conformidades, em formato WORD (<i>Microsoft Office</i>).		

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE PARA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E GESTÃO DAS NÃO CONFORMIDADES	Atende (SIM)	Não atende (NÃO)
33	Possibilidade de visualizar a quantidade e o status das não conformidades geradas, por prestador e por serviço regulado, assim como a quantidade e o status das ações planejadas para resolver as não conformidades que foram formalizadas.		
34	O <i>software online</i> deve possuir a funcionalidade de notificação, entre elas: para alertar sobre o salvamento dos itens e a geração de relatórios técnico de fiscalização, de termos de não conformidades e de relatórios de acompanhamento das não conformidades.		
35	Possibilitar a geração automatizada de Relatórios de Acompanhamento de Não Conformidades, a partir da seleção do município e de fiscalizações onde as não conformidades foram acompanhadas em determinado período de tempo, assim como a possibilidade de inclusão de campos de conteúdo de texto para personalização deste tipo de relatório.		

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE PARA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E ACOMPANHAMENTO DAS NÃO CONFORMIDADES MÓDULO MOBILE	Atende (SIM)	Não atende (NÃO)
36	Módulo mobile compatível com sistema Android para utilização nos equipamentos da Agência Reguladora, para utilização tanto em modo online, quanto em modo offline em áreas sem cobertura de rede móvel ou internet;		
37	Módulo mobile com login individualizado e protegido por senha para acesso dos usuários;		
38	Módulo mobile que permita o download das fiscalizações planejadas para o dispositivo eletrônico (ex.: Tablets ou smartphones) que realizará as fiscalizações;		
39	Módulo mobile que permita o download das não conformidades em aberto (não iniciadas, em andamento e atrasadas) para o dispositivo eletrônico (ex.: Tablets ou smartphones) que realizará o acompanhamento das não conformidades;		
40	Módulo mobile que permita a seleção da(s) fiscalização(ões) a ser(em) realizada(s) pelo usuário logado ao aplicativo, evitando assim que todas as fiscalizações existentes sejam sincronizadas para o módulo mobile;		
41	Módulo mobile possibilite, tanto em modo online, quanto offline, a inclusão de fiscalizações que não estavam previamente cadastradas na web e vinculação de verificações (aplicações) numa fiscalização que foi criada via módulo mobile.		

42	Módulo mobile que permita a edição de informações dos formulários que estão sendo aplicados, tanto em modo online, quanto offline, tais como: título, serviço, fiscalização, ativo e questionário a ser utilizado;		
43	Módulo mobile que possibilite, tanto em modo online, quanto offline, responder às perguntas dos formulários e incluir / anexar imagens diretamente vinculadas a cada pergunta do formulário;		
44	Módulo mobile que possibilite, tanto em modo online, quanto offline, a inclusão das informações de localização, data, hora e logotipo da contratante nas imagens realizadas via aplicativo;		
45	Módulo mobile possibilite, tanto em modo online, quanto offline, a inclusão de estruturas (ativos) que não estavam previamente cadastradas e vinculação de formulários a estes ativos para permitir a realização dessa verificação (aplicação) numa fiscalização em andamento.		
46	Módulo mobile que possibilite, tanto em modo online, quanto offline, a atualização ou inclusão das informações de datas de início e término da solução da não conformidade, a seleção do cancelamento e registro da respectiva justificativa de cancelamento da não conformidade, assim como da visualização da imagem que evidenciou a não conformidade (caso exista) e a possibilidade de incluir / anexar imagens vinculadas a cada não conformidade, para comprovar que a mesma foi sanada.		
47	Módulo mobile que permita o upload dos formulários respondidos para o servidor (sincronização) quando retornar à área de cobertura de rede móvel ou internet, atualizando as informações coletadas / respondidas durante a(s) fiscalização(ões) realizadas.		
48	Módulo mobile que permita o upload das datas e o status das não conformidades acompanhadas e as respectivas imagens relacionadas às comprovações das não conformidades.		

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026
PROPOSTA COMERCIAL

AO (À)

SR. (A) PREGOEIRO (A) OFICIAL

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE MINAS GERAIS ARISB-MG

Empresa: [Nome da Empresa], situada na [Endereço completo da Empresa], inscrita no CNPJ sob o n.º [CNPJ da Empresa], e inscrição estadual n.º [IE da Empresa], email: [e-mail de contato], telefone de contato: [nº de telefone] vem por intermédio deste instrumento apresentar sua proposta comercial a(o) PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2026, nos seguintes termos:

OBJETO: Contratação da prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de software para acesso e uso de plataforma online e aplicativo online e offline, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para otimizar a realização das fiscalizações técnicas operacionais, emissão de Relatórios de Fiscalização e Autos, controle e monitoramento de Não Conformidades.

Item	Código do Item (CATSER)	Descrição do Objeto	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	26077	Software como Serviço – Saas: Licenciamento anual de uso de software de fiscalização para os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, em 42 municípios e/ou consórcios regulados pela ARISB-MG.	mês	12

1. O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação;
2. Declaramos estar de acordo com todas as normas e especificações do Edital de Pregão Eletrônico n ° 90004/2026 e respectivo Termo de Referência.
3. O valor total da proposta engloba todos os custos como: mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, benefícios estabelecidos em convenção, em dissídio ou em acordo coletivo, equipamentos de proteção, ferramentas e equipamentos, tributos incidentes e demais despesas diretas e indiretas necessárias à prestação de serviços objeto da licitação;
4. O preço proposto é de nossa exclusiva responsabilidade, não nos assistindo o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma exceção, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa.
Nº DO RG/ N ° DO CPF
CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE
NOME DA EMPRESA LICITANTE
(Emitir em papel timbrado oficial da licitante)

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026
MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO Nº XX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

CONTRATANTE:
AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE MINAS GERAIS - ARISB MG
CNPJ: 20.928.303/0001-86
ENDEREÇO: Avenida Álvares Cabral, nº 1777, 3º Andar, Santo Agostinho, CEP: 30.170-008, Belo Horizonte, Minas Gerais.
REPRESENTANTES LEGAIS: Txai Silva Costa, Presidente, brasileiro, portador do CPF: XXX.519.XXX-18 residente e domiciliado na cidade de Nova Era, Minas Gerais.

CONTRATADA:
[NOME]
CNPJ:
ENDEREÇO:
REPRESENTANTE LEGAL:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Contratação da prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso de software para acesso e uso de plataforma online e aplicativo online e offline, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para otimizar a realização das fiscalizações técnicas operacionais, emissão de Relatórios de Fiscalização e Autos, controle e monitoramento de Não Conformidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

2. Atribui-se ao presente Contrato o valor total de R\$ [inserir o valor] ([valor por extenso]).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

3.1. O software deve ser disponibilizado *online*, compatível com os principais

navegadores disponíveis no mercado, e com opção de módulo/aplicativo para uso *offline*, compatível com sistema operacional Android, com armazenamento em nuvem.

3.2. A execução dos serviços deverá atender rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência. O fornecimento fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte da ARISB-MG;

3.3. A reparação ou substituição dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos às custas do fornecedor, a contar da notificação da ARISB-MG ao fornecedor sobre a recusa. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis;

3.4. A Contratada oferecerá, durante toda a execução contratual, suporte técnico especializado em língua portuguesa, mediante atendimento remoto (e-mail, telefone, chat e/ou sistema de chamados).

3.5. A Contratada deverá manter acesso contínuo às atualizações de versão do software, conforme licença contratada, bem como a patches e correções emergenciais de falhas que comprometam a sua utilização.

3.6. A entrega dos serviços deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pela ARISB-MG;

3.6.1. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas.

3.7. Abster-se de fornecer qualquer informação da ARISB-MG que possa beneficiar outrem ou prejudicar a imagem institucional da autarquia;

3.8. Compromisso de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes no órgão, responsabilizando-se por todos os seus colaboradores diretamente envolvidos na prestação dos serviços;

3.9. Não será permitido o uso dos dados e recursos da ARISB-MG para fins próprios, particulares ou ilícitos. Inclui-se uso de serviço de telefonia, internet ou qualquer outro que venha a incidir gastos ou possibilitar vulnerabilidades, violência, incidentes de segurança física, incidentes de segurança da informação ou crimes, sob pena de responsabilidade civil e criminal;

3.10. Todo e qualquer incidente de segurança ou comportamento atípico que possa a

vir a indicar sinais de violação de direitos deve ser comunicado imediatamente à ARISB-MG;

3.11. Não poderá transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. O prazo previsto para duração do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia [data], prorrogáveis a critério da administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será processado mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura. A Nota Fiscal deverá respeitar os elementos necessários e essenciais estabelecidos no Termo de Referência e deverá ser enviada ao setor de compras da ARISB-MG através do e-mail compras@arisb.com.br.

5.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação dos documentos de cobrança.

5.2.1. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou índice que venha a substituí-lo.

5.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.4. A Administração da ARISB-MG reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

5.5. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (REPACTUAÇÃO)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, em [data].

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado no período de 12 (doze) meses.

6.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.1. O contratante obriga-se a proporcionar as facilidades para que a contratada possa desempenhar os compromissos assumidos, bem como pagar pelo fornecimento dos serviços prestados, mediante o pleno atendimento do objeto e demais obrigações previstas na legislação aplicável;

7.1.2. Disponibilizar o Termo de Referência para consulta, bem como prestar esclarecimentos que se fizerem necessários;

7.1.3. Permitir acessos dos funcionários da contratada às suas dependências para esclarecimentos sobre anuências quanto à entrega do objeto;

7.1.4. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e dados necessários à realização dos serviços pela contratada, bem como disponibilizar a estrutura necessária para o desenvolvimento de atividades, quando a realização destas for nas dependências da ARISB-MG;

7.1.5. Atestar a Nota Fiscal após a execução do serviço;

7.1.6. Comunicar, prontamente, à contratada qualquer anormalidade no objeto do contrato, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no contrato.

7.1.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.1.8. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.1.9. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas em Contrato.

7.1.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.

7.1.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.1.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.1.12. Recusar o pagamento dos serviços que não estiverem sendo prestados de acordo com o contratado.

7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.2.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, mão de obra especializada, transportes, alimentação e estadia de pessoal, taxas, encargos, impostos e tributos, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a ARISB-MG;

7.2.2. Responsabilizar-se pela fiel execução dos serviços e entregá-los nos prazos estabelecidos;

7.2.3. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as observações feitas pela contratante;

7.2.4. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão

de obra para entrega do objeto;

7.2.5. A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;

7.2.6. Comunicar, imediatamente, a contratante qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual;

7.2.7. Comunicar a Contratante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.2.8. Solicitações de reagendamento deverão ocorrer com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data prevista.

7.2.9. Em caso de reagendamento fora desse prazo, as partes acordarão novo agendamento, observada a disponibilidade de agenda. Eventuais danos emergentes comprovadamente suportados pela Contratada em razão do reagendamento e diretamente relacionados à atividade reagendada poderão ser ressarcidos mediante apresentação de documentação hábil e prévio reconhecimento pela Administração, vedado o pagamento por atividade não executada.

7.2.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei 14.133/21;

7.2.11. Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão de seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.

7.2.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos, garantida ampla defesa e o contraditório.

7.2.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.2.15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

7.2.16. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7.2.17. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.2.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

7.2.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES

8.1. Este Contrato poderá ser alterado, unilateralmente, ou por acordo entre as partes, nos casos previstos nos artigos 124 e 125, ambos da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser extinto administrativamente, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ser anulado, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos no artigo 147 da Lei Federal 14.133/20221, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.2. O contrato também poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o

contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.3. O termo de extinção, sempre que possível, deverá indicar:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro atualizado;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e os ainda devidos;
- c) Multas e eventuais indenizações.

9.4. Após o encerramento do contrato a contratada deverá entregar todos os dados em sua posse mantendo somente aqueles para cumprimento de fins legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima escritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Impedimento de licitar e contratar com a ARISB-MG, quando praticadas as

condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 10.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do serviço, no prazo de entrega estipulado.

e) Multa moratória pelo atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato, inclusive no que se refere à entrega de produtos, relatórios, pareceres técnicos, implementações, ajustes, melhorias ou quaisquer outras obrigações relacionadas à prestação dos serviços, sujeitará o CONTRATADO à aplicação de multa moratória.

i) A multa moratória será aplicada à razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor mensal do contrato ou, quando aplicável, sobre o valor correspondente à obrigação em atraso, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

ii) O pagamento da multa moratória não afasta a obrigação do CONTRATADO de concluir integralmente os serviços contratados, nem impede a aplicação de outras sanções previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021, caso o atraso se torne reiterado ou caracterize inexecução contratual.

10.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da notificação.

10.4. As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 10.2 observarão o previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive a responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.6. A multa moratória ou compensatória deverá ser recolhida à ARISB-MG no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação sobre

a decisão final da Administração.

10.7. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente.

10.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ORÇAMENTO

11.1. As despesas decorrentes do presente objeto onerarão os recursos orçamentários do orçamento vigente na seguinte rubrica: 17.512.0403.2003.3.3.90.40.00 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA TECNICO OPERACIONAL - Serv Tecnologia da Informação e Com – Ficha: 45.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão do contrato ficará a cargo do empregado público da ARISB-MG Júlio César Gomes da Silva Rufino, Coordenador de Fiscalização de Resíduos Sólidos e, em sua ausência, Douglas Spindola de Almeida, Coordenador de Fiscalização de Águas, para acompanhar a execução de contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Administração.

14.2. A fiscalização será de competência da Contratante, através de seu setor competente, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial à Contratada a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas.

14.2.1. A fiscalização terá as seguintes atribuições:

a) Agir e decidir em nome da Contratante, inclusive, para rejeitar os serviços executadas em desacordo com o Termo de Referência, os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

- b) Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos;
- c) Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à Contratada o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- d) Solicitar que a Contratada, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato;
- e) Aplicar, nos termos contratuais multa(s) à Contratada dando-lhe ciência do ato, por escrito, e comunicar ao Órgão Financeiro da Contratante para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da Contratada;
- f) Instruir o(s) recurso(s) da Contratada no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar da Contratante.

14.3. As exigências e a atuação da fiscalização pela ARISB-MG, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

15.1. A presente contratação foi realizada com base no art. 6, inciso XLI, art. 28, inciso I e art. 33 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA

16.1. As partes se comprometem a tratar com o nível necessário de confidencialidade todos os documentos, dados e informações disponibilizados no âmbito do presente contrato.

16.2. Os documentos, dados e informações disponibilizados e/ou tratados no âmbito do presente contrato somente poderão ser disponibilizados quando classificados como públicos ou através de requerimento ao órgão responsável pela tutela da informação, conforme o art. 7º da Lei n. 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

16.3. Os documentos, dados e informações poderão ser classificados conforme disposto nos arts. 23 e 24 da Lei n. 12.527/11, bem como nos termos de outras disposições legais aplicáveis.

16.4. A Contratada não é titular das informações tratadas e a liberação de acesso às informações depende de prévia autorização expressa do titular.

16.5. A Contratada assume o compromisso de sempre permanecer em conformidade com as recomendações de segurança da informação e preceitos correlatos constantes nas Políticas da Contratante.

16.6. A Contratada se obriga a informar, imediatamente, a Contratante acerca de eventual incidente de segurança ocorrido no âmbito do presente contrato ou que atinja, ainda que indiretamente, o seu objeto.

16.7. A Contratada se obriga a manter a devida orientação junto aos seus prepostos sobre a necessária segurança das informações tratados no âmbito do presente contrato, inclusive sobre o indevido acesso de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei n. 13.709/2018.

17.2. No presente contrato, a Contratante assume o papel de controlador de dados (art. 5º, VI, da Lei n. 13.709/2018) e a Contratada assume o papel de operador de dados (art. 5º, VII, da Lei n. 13.709/2018).

17.3. A Contratada guardará sigilo sobre dados pessoais compartilhados pela Contratante e só poderá tratar os dados para o fim de cumprimento deste contrato, sendo vedado, a qualquer tempo, qualquer outro tratamento não expressamente autorizado pela Contratante.

17.4. A parte deverá notificar a outra, por meio eletrônico, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado e que possa se relacionar com o presente contrato, ainda que indiretamente, quando relativo a operações de tratamento de dados pessoais – ainda que não seja o objeto principal do contrato.

17.5. As Partes se comprometem a adotar todas as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias para o devido resguardo da segurança e integridade dos dados pessoais tratados no âmbito do presente contrato, assumindo o dever de atualizar suas ações a partir das diretrizes de órgãos reguladores, novos padrões técnicos e boas práticas existentes.

17.6. A Contratante terá o poder-dever de monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada, em razão das obrigações como operador, caso entenda

necessário, para a proteção de dados pessoais relativos à execução do presente contrato.

17.7. As Partes ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, nos casos autorizados por lei, para tratar da comunicação sobre os temas relativos à correta aplicação da Lei n. 13.709/2018.

17.8. As Partes comunicarão formal e explicitamente aos seus empregados e colaboradores acerca das limitações e obrigações instituídas nesta cláusula e suas implicações para a execução de todas as obrigações ora estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/21, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. O regime jurídico deste contrato é instituído pela Lei 14.133/21.

18.3. Compete à Contratante dirimir divergência, de qualquer natureza, havida entre os documentos integrantes deste Instrumento.

18.4. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18.5. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste Instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.6. E, por estarem justas, as partes concordam que a assinatura deste contrato será realizada por meio de assinatura eletrônica, que assegura a identificação dos envolvidos, bem como a integridade e confidencialidade do documento.

18.7. Fica estabelecido que os dados fornecidos pelas partes para autenticação da assinatura são de sua inteira responsabilidade, comprometendo-se a manter a segurança de seus acessos e dados pessoais.

Belo Horizonte, XX de XX de 2026.

Txai Silva Costa
Presidente
ARISB-MG

[nome completo]
Representante Legal
[NOME]

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

[Nome da Empresa], CNPJ nº [CNPJ da Empresa], situada na [Endereço da Empresa], por seu representante legal [ou procurador ou responsável credenciado] [Nome do representante ou procurador], CPF nº [CPF do representante ou procurador], doravante denominada "Proponente", apresenta esta declaração para fins de participação no processo de contratação supra referenciado, promovido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais (ARISB-MG), sob as penas da lei, **DECLARA:**

- (i) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências impeditivas posteriores;
- (ii) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.
- (iii) que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos – salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos –, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- (iv) suas propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- (v) que todas as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras e estão de acordo com a legislação vigente, assumindo total responsabilidade pela veracidade das informações aqui apresentadas, ciente das implicações legais decorrentes de falsas declarações.

Localidade, _____ de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal da Empresa e n.º do seu documento de identidade
(Emitir em papel timbrado oficial da licitante)

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E INFORMAÇÕES

Atesto para todos os fins e efeitos, em especial atendimento às exigências contida no Pregão Eletrônico nº 90004/2026, que o Sr(a) [Nome do representante ou procurador], inscrito no CPF nº: [CPF do representante ou procurador], representante da empresa [Nome da Empresa], CNPJ nº: [CNPJ da Empresa], referindo-se ao disposto no art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/21, declara que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento do objeto licitado.

Localidade, ____ de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal da Empresa e n.º do seu documento de identidade
(Emitir em papel timbrado oficial da licitante)